

DIA 18

MAIO

2024

III EDIÇÃO DIREITO INFORMA



TEMA: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL

**DESASTRE AMBIENTAL RIO GRANDE DO SUL: CAUSAS CLIMÁTICAS,
COMPETÊNCIAS PARA AGIR, REPARAÇÃO AMBIENTAL**

Autor(res)

Lorena Vale Pereira

Maria Vitoria Nunes Nascimento Costa

Rafysa Pereira Nascimento

Domingos Alves Dias

Kamila Costa Meira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O estado do Rio Grande do Sul possui 497 cidades, sendo 445 afetadas diretamente pelas fortes chuvas ocasionando temporais que alarmam a situação do estado. O elevado número de chuvas, combinados com fenômenos como correntes de ventos, a influência de um corredor de umidade da Amazônia e um bloqueio atmosférico causado por ondas de calor acabam por resultar em uma catástrofe natural, deixando marcas permanentes no meio ambiente e nos habitantes que acabam sofrendo com as perdas de danos materiais e vitais. Neste cenário, surge duas indagações quem possui a competência para agir e qual a função do Estado nesse sentido?

Objetivo

O presente resumo tem como objetivo base trazer informações relevantes a cerca do desastre ambiental que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Quais são os fatores que levaram a este evento catastrófico, quem deverá tomar as medidas para que sejam reparados esses danos ambientais e quem será competente para agir nesses momentos de desastres naturais.

Material e Métodos

Para a elaboração do presente trabalho foram utilizadas pesquisas de cunho quantitativo, sendo realizado um levantamento dos dados necessários através de reportagens e artigos acerca dessa temática, além de uma profunda análise das normas brasileira que legislam sobre o tema. Sendo reunidas dessa forma os principais fatores e questionamentos sobre as circunstâncias de tal desastre natural que ocorre atualmente no estado do Rio Grande do Sul.

Resultados e Discussão

O Rio Grande do Sul localiza-se em uma região de encontros polares e tropicais, fazendo do local um berço para fenômenos climáticos. A instabilidade climática acontece devido aos choques de massas de ar quente e frio, o que

Apoio:



**DIA 18
MAIO
2024**

III EDIÇÃO DIREITO INFORMA



TEMA: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL

favorece a formação de eventos meteorológicos intensos, o que acaba agravado por conta do efeito estufa, massa de ar quente que cobre e bloqueia a atmosfera e impede a dispersão das chuvas no momento. Assim, o Art. 225 da Constituição, é assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que seja de bem de uso coletivo, cabendo ao Poder Público a obrigação de protegê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Atualmente, uma das principais figuras na linha de frente do desastre do estado RS é a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), órgão responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional, possuindo o dever de reduzir os riscos de desastres, e garantir ações de prevenção.

Conclusão

Diante da imensidão dos desafios impostos pelo desastre ambiental no Rio Grande do Sul, emerge necessidade de uma resposta abrangente e solidária. É essencial que o Estado, em sua plenitude, assuma não apenas a responsabilidade legal, mas também um papel ativo na promoção de políticas sustentáveis e na construção de uma cultura de resiliência. Somente assim, poderemos almejar um futuro em que o equilíbrio ambiental e a segurança humana sejam garantidos para as gerações presentes e vindouras.

Referências

Das 441 cidades em calamidade no RS, só 69 pediram recursos federais. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-05/das-441-cidades-em-calamidade-no-rs-so-69-pediram-recursos-federiais#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20ministro,milh%C3%B5es%20de%20pessoas%20foram%20afetadas>. Acesso em: 14 de maio de 2024

Rio Grande do Sul. IBGE Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 14 de maio de 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de maio de 2024

Apoio:

